

“A MARGEM CRIANDO MARGEM”: Relato de uma experiência acerca das Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais

Michael Alves Quirino, FEESU/FUPAC, michaelquirino@hotmail.com
Bill Robson Monteiro Lisboa, FEESU/FUPAC billrobsonmg@hotmail.com

Quando criança, sempre me senti muito mal, quando o assunto estava relacionado às cotas raciais, pelo fato de eu ser negro e não entender muito bem, o porquê, e muito menos, para que elas existissem, aquilo, na maioria das vezes, soava-me como se a minha cor de pele estivesse intrinsecamente ligada ao meu intelectual, como alguém menos capaz que as pessoas tituladas “brancas” (Relato de minha infância).

Resumo Expandido

No decorrer de minha trajetória como aluno da Educação Básica e no curso superior de Licenciatura em Pedagogia, fui interpelado por uma série de pré-conceitos, equívocos, enganos e distorções no que se refere às Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais. Via-me, de modo tão naturalizado, reproduzindo tantas ideias e discursos contrários sem, ao menos, indagar-me por que eu penso assim? Tais questionamentos ficaram tão latentes em mim durante o segundo período do curso de Licenciatura em Pedagogia ao participar das discussões e leituras de artigos científicos na Unidade Curricular de Educação em Direitos Humanos, na Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia – FUPAC/FEESU, ministrada pelo professor Bill Robson Monteiro Lisboa, co-autor deste texto.

Naquele contexto, senti-me desafiado a ressignificar meu olhar acerca das questões que me foram, de certo modo, impostas durante toda minha vida, senti-me motivado para compartilhar com todos/as como foi e como tem sido o processo de sensibilização e humanização do meu olhar com relação às Políticas de Ações Afirmativas/Cotas Raciais.

Considerava, como primeiro empecilho, que a minha cor de pele era motivo de inferioridade, pelo fato de a grande maioria das pessoas com as quais eu convivia serem contrárias às cotas raciais ou até mesmo pela pressão imposta pela sociedade.

Uma parcela significativa dessas pessoas sequer atentava se estavam certas de suas conclusões ou não, acabavam por reforçar tantos equívocos e discursos contrários às cotas raciais. Por esse motivo, passei grande parte da minha vida criticando as cotas raciais, pois, como qualquer outra pessoa, gostaria de sentir-me respeitado o suficiente para ser

reconhecido como um ser humano, dotado das mesmas capacidades, intelectualidades, cognitivas, sociais de uma pessoa branca.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? (FREIRE, 2013, p.42).

No meu primeiro dia de aula na faculdade, ainda sem quaisquer explicações dos/as professores/as, pude reforçar, ainda, que, erroneamente, todo o senso comum que a mim ainda estava impregnado, ao adentrar a sala de aula, levou-me a observar a enorme discrepância entre pessoas brancas e negras, e coloquei-me a me perguntar: onde estão os/as negros/as do nosso país, apesar da existência de cotas predestinadas a eles/as? Por que não estão nas salas de aula? Será mesmo que somos menos inteligentes ou capazes que as pessoas brancas? O que estou fazendo perdido aqui? Será que irei sofrer bullying novamente por ser minoria nesse espaço?

Enfim, dúvidas enraizadas herdadas de um passado sem muito conhecimento científico, pois, afinal, ser negro para muitas pessoas é ser visto com “maus olhos”, sinônimo de algo negativo, bem como já foram naturalizados por muitos ditados populares como, por exemplo, o “próprio negro é preconceituoso”, “isso é serviço de preto”, “um negro parado é suspeito e correndo é ladrão”. Gomes (2001, p. 93) enfatiza que “Os efeitos da prática racista são tão perversos que, muitas vezes, o próprio negro é levado a desejar, a invejar, a introjetar e projetar uma identificação com o padrão hegemônico branco”.

Esses discursos que expressam nitidamente o preconceito racial que de tão “comum” acaba por ser naturalizado pelas pessoas e que os/as próprios/as negros/as, muitas vezes, acabam reproduzindo, até mesmo “sem perceber”, o quão preconceituosos/as estão sendo consigo mesmos/as.

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância e estereótipos negativos sobre o negro. (CAVALLEIRO, 2006, p. 19).

Tendo em vista a necessidade de desconstruir tantos estereótipos e estigmas, o Ministério da Educação/MEC sanciona a lei nº 10.639/2003 tornando obrigatório o trabalho sobre questões relacionadas à História e à Cultura Afro-brasileira no ensino fundamental é

médio, nas escolas públicas e particulares, promovendo iniciativa de combate ao preconceito racial, a segregação entre as culturas e a promoção de uma educação igualitária para todos/as.

Posteriormente a lei nº 10.639/2003 foi alterada pela lei nº 11.645, no ano de 2008, incluindo a Cultura Indígena como conteúdo também obrigatório. Apesar da existência de todas essas leis federais, ainda vivenciamos a questão do “currículo turístico”, mais conhecido como dia “D”, em que são trabalhados, nas escolas, temas somente em datas, semanas, dias específicos como, por exemplo, dia 20 de novembro “dia Nacional da Consciência Negra”. Nessas ações, é muito comum a maioria das escolas vestirem seus/uas alunos/as como escravos/as, faxineiros/as, garis, trabalhadores/as de lavouras dentre outros papéis de menor destaque social.

Ainda, dificilmente apresentam nestas datas específicas pessoas negras representando pessoas em profissões que são reconhecidas socialmente como de destaque, profissões elitizadas e bem-sucedidas como: médicos/as, advogados/as, dentistas, entre outros. Todas essas práticas acabam por legitimar e reforçar situações de inferioridade e vulnerabilidade que passam diariamente as pessoas negras no Brasil. Destacamos que essas culturas (Afro-brasileira e Indígena) devem ser abordadas durante todo o ano letivo escolar, como um movimento de luta de resistência e contra todo mecanismo de opressão.

Tudo aquilo passou a me chamar muito a atenção, pois, desde então, passei a acreditar mais em mim, percebendo o meu potencial intelectual em sua totalidade, e que a cor da minha pele não me faz menos ou mais inteligente do que uma pessoa dita branca, pois, afinal, as cotas raciais existem como um processo de reparação histórica, devido ao grande sofrimento, história de dor e escravidão que os/as negros/as viveram no passado e por tanto sangue derramado, decorrente de tantos maus tratos.

Infelizmente, o racismo é notório, perverso, naturalizado e está fortemente presente em todos os espaços sociais, em virtude de tudo que apresentamos e problematizamos nesse texto. Muitos/as negros/as acabam não tendo força para lutar contra tantas atrocidades ainda cometidas. Deixo como reflexão uma das mais impactantes considerações...Vamos a ela! “Meu gosto é que nós todos, brasileiros e brasileiras, meninos e meninas, velhos, maduros tomemos um tal gosto pela liberdade, pela presença no mundo, pela pergunta, pela criatividade, pela ação, pela denúncia, pelo anúncio de que jamais seja possível no Brasil a gente voltar àquela experiência do *pesado silêncio sobre nós*”. (Paulo Freire, grifo nosso).

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN n° 9.394 de 20 de dezembro. Ministério da Educação/MEC, Brasília, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.